



1
2
3
4
5 **Assembleia de Freguesia**
6 **da**
7 **União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

8
9 **Ata n.º 1/2018**

10
11 **Aos dez dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito**, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia
12 de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em
13 **sessão ordinária**, na Sede da União das Freguesias de Coimbra, sita no Bairro Sousa Pinto, número trinta e
14 sete, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 14º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dando
15 cumprimento ao artigo 11º do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:

16
17 1. Período de Antes da Ordem do Dia *[nos termos do artigo 52º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de*
18 *Setembro, conjugado com o artigo 28º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de freguesias de*
19 *Coimbra]*.

20 1.1. Apreciação e votação das atas 8 e 9 de 2017, referente às duas sessões anteriores.

21 1.2. Leitura do expediente e informações/esclarecimentos à Assembleia.

22 1.3. Assuntos gerais diversos de interesse autárquico.

23 2. Apreciação, discussão e votação de que se passem a fazer as gravações áudio ou audiovisuais das
24 sessões da Assembleia para efeitos de elaboração de atas, com apagamento após haver aprovação destas.

25 3. Opção entre a ratificação do Regimento da Assembleia, a sua alteração ou elaboração de um novo
26 Regimento *[nº 6 do artigo 9º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e alínea a) do nº 1 do artigo 10º do Anexo I*
27 *da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro]*.

28 4. Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2018
29 *[alínea a) do nº 1 artigo 9º e nº 2 do artigo 11º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro]*.

30 5. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da
31 actividade desta, bem como da situação financeira actual *[alínea e) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º*
32 *75/2013 de 12 de Setembro]*.

33 6. Outros assuntos de interesse para a União das Freguesias.

34 7. Período de intervenção do público.

35
36 Estiveram presentes os Srs./as Deputados/as à Assembleia de Freguesia (com as respectivas assinaturas no
37 livro de presenças):

38
39 - Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Sónia Maria dos Anjos Godinho, Jovino Augusto Armada da Chão e
40 Manuel Barata de Tovar Portela Vieira (PPD/PSD);

41
42 - Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1ª Secretária da Mesa (CDS-PP);

43
44 - Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa e Ricardo José dos Reis Barata (PS);

45
46 - Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente da Mesa da Assembleia, e Pedro Miguel Almeida
47 Pimentel dos Santos, 2º Secretário da Mesa (Grupo de cidadãos Eleitores “Somos Coimbra”);

48
49 - Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);

50
51 - Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – “Coligação Democrática Unitária”).
52

53 Faltou à reunião a deputada eleita pelo Partido Socialista Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de
54 Freitas, que justificou a ausência (**Anexo 1**), sendo substituída por António Virgílio de Albuquerque Baptista
55 Mendes.

56
57 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de Lencastre Campos
58 (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo Alves Petim (Tesoureiro), Manuel
59 Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues Abreu (2.º Vogal).

60
61 Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da
62 Assembleia declarou aberta a reunião e questionou se existia alguém que se opusesse a que fosse gravada a
63 sessão. Ao que foi interpelado pela senhora deputada Helena Loureiro sobre se este procedimento seria só
64 para esta sessão. O senhor Presidente da Mesa esclareceu que para já seria só para esta sessão.

65
66 Face à questão levantada, o Senhor Presidente da Mesa colocou de imediato à discussão o **Ponto 2** da ordem
67 de trabalhos.

68
69 Intervieram neste ponto os senhores deputados Ricardo Barata, Nuno Sousa, Jovino da Chão, Gonçalo
70 Almeida e Maria Helena Loureiro.

71
72 O senhor deputado Nuno Sousa, apresentou à assembleia a proposta escrita do Partido Socialista (**Anexo 2**),
73 que consistia em gravar em formato audiovisual as assembleias e disponibilizar a todos os cidadãos via
74 *stream*. A proposta foi entregue à mesa para constar em ata.

75
76 Em reacção, o senhor deputado Jovino da Chão solicitou que, sempre que existissem comunicações escritas,
77 estas fossem distribuídas pelos membros da assembleia. Participaram também na questão os senhores
78 deputados Maria Helena Loureiro e António Virgílio Mendes e o Senhor Presidente da Mesa solicitou que
79 fossem distribuídas cópias da proposta do Partido Socialista por todos os membros da assembleia,
80 suspendendo-a por cinco minutos para leitura e análise.

81
82 Reatada a reunião pelo Senhor Presidente da Mesa, foram colocadas à discussão as seguintes opções de
83 gravação: (i) só áudio, (ii) áudio e vídeo e (iii) áudio, vídeo com disponibilização na Internet. Intervieram os
84 senhores deputados Gonçalo Almeida, Nuno Sousa, Helena Loureiro, Maria do Carmo Ferreira, e a primeira
85 secretária da mesa, Ana Isabel Simões.

86
87 Feita a discussão, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação dos presentes a proposta do Partido
88 Socialista, tendo a assembleia deliberado a **rejeição, por maioria, com quatro votos a favor** (Apolino
89 Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata e António Virgílio Mendes), **seis votos contra** (Maria do Carmo
90 Ferreira, Sónia Godinho, Jovino da Chão, Manuel Tovar Vieira, Ana Isabel Simões e Pedro Santos) e **três**
91 **abstenções** (Afonso Madeira, Maria Helena Loureiro e Gonçalo Almeida).

92
93 O Senhor Presidente da Mesa, constatando não haver mais intervenções a ter lugar, submeteu à votação da
94 Assembleia duas propostas: (Proposta I) gravação audiovisual, com apagamento a seguir à aprovação da ata e
95 em circuito fechado; (Proposta II) gravação áudio, com apagamento a seguir à aprovação da ata e em circuito
96 fechado. A Assembleia deliberou rejeitar a Proposta I e aprovar a Proposta II. A Proposta I foi **rejeitada, por**
97 **maioria, com um voto a favor** (Gonçalo Almeida), **nove votos contra** (Maria do Carmo Ferreira, Sónia
98 Godinho, Jovino da Chão, Manuel Tovar Vieira, Ana Isabel Simões, Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo
99 Barata e António Virgílio Mendes) e **três abstenções** (Afonso Madeira, Pedro Santos e Maria Helena
100 Loureiro). A Proposta II foi **aprovada, por maioria, com nove votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira,
101 Sónia Godinho, Jovino da Chão, Manuel Tovar Vieira, Ana Isabel Simões, Afonso Madeira, Pedro Santos,
102 Maria Helena Loureiro e Gonçalo Almeida) e **quatro votos contra** (Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo
103 Barata e António Virgílio Mendes). O senhor deputado Apolino Pereira apresentou uma declaração de voto,
104 indicando que o PS votou contra por uma questão de coerência. Indicou ainda que, tendo em conta que a
105 gravação é em áudio, gostaria que o conteúdo da ata fosse fiel à gravação. Pediu a palavra o senhor deputado
106 Gonçalo Almeida para indicar que a ata deve ser um resumo do essencial e interveio a senhora deputada
107 Maria Helena Loureiro para corroborar a intervenção anterior e declarar que se recusa a entrar em pormenores

108 de minutos e de transcrições. Na sequência, interveio ainda a senhora deputada Sónia Godinho, afirmando que
109 está de acordo com o deputado Gonçalo Almeida e que já se estava nesta discussão há uma hora e dez
110 minutos. O Senhor Presidente da Mesa autorizou então o início da gravação áudio da assembleia.

111
112 Passou-se de seguida ao **Ponto 1.1**, tendo o Senhor Presidente da Mesa colocado à votação da Assembleia a
113 ata número oito do ano findo, a qual foi **aprovada com doze votos a favor**. É de referir que António Virgílio
114 Mendes se absteve uma vez que não esteve presente na sessão a que concerne a ata. Relativamente à ata
115 número nove, o Senhor Presidente da Mesa, no seguimento da intervenção da deputada Maria Helena
116 Loureiro e dado que esta ata teve de ser reformulada, abriu um período para esclarecimentos e eventuais
117 sugestões de alterações. Intervieram os senhores deputados Maria Helena Loureiro e Gonçalo Almeida,
118 sugerindo correcções a efectuar em questões relacionadas com o secretariat de atas pelas funcionárias e
119 remunerações do executivo. No seguimento destas intervenções, o Senhor Presidente da Mesa apresentou à
120 Assembleia, para as questões indicadas, uma sugestão de alteração. Não havendo mais questões, colocou à
121 votação a ata número nove, já com a introdução das propostas de alteração, a qual foi **aprovada, por**
122 **unanimidade, com treze votos a favor**.

123
124 Passou-se então ao **Ponto 1.2**, tendo o Senhor Presidente da Mesa informado os presentes que irá decorrer no
125 final do mês um congresso da ANAFRE em Viseu. Qualquer membro da Assembleia de Freguesia pode
126 inscrever-se como observador. Por motivos pessoais, o Presidente da Assembleia não poderá estar presente
127 nessa altura, mas entende ser do maior o interesse esta assembleia estar representada, pelo que a 1ª Secretária
128 Ana Isabel Simões irá ao congresso.

129
130 Em relação ao **Ponto 1.3**, o Senhor Presidente da Mesa referiu a intenção de realização de assembleias
131 descentralizadas, indicando que a próxima reunião será realizada na Delegação de São Bartolomeu da União
132 das Freguesias. O Senhor Presidente da Mesa, no seguimento de troca de emails com o deputado Gonçalo
133 Almeida, referiu ainda a preocupação em pensar em maneiras de chamar a atenção dos fregueses para as
134 sessões da Assembleia de Freguesia, que podem passar por aumentar a publicitação ou realizá-las em locais
135 que não os habituais, como por exemplo o Café Santa Cruz. Ao que o senhor deputado Jovino da Chão, no uso
136 da palavra, indicou que o Regimento não permite a realização em outros locais que não a Sede e as
137 Delegações. O senhor deputado António Virgílio, em sentido contrário, indicou que o Regimento até permite
138 a realização de assembleias em entidades sem fins lucrativos, tal como no passado foram realizadas em
139 determinados clubes. O deputado Gonçalo Almeida, referiu que, de qualquer maneira, a Lei se sobrepõe ao
140 Regimento, a própria Câmara Municipal já teve sessões fora dos espaços cuja propriedade e/ou gestão é do
141 município e o intuito é levar as reuniões da Assembleia a locais como Coselhas e Conchada. Já o senhor
142 deputado Apolino Pereira indicou que esta questão teria mais cabimento no ponto relacionado com o
143 Regimento.

144
145 Passou-se de seguida ao **Ponto 3**, tendo o Presidente da Mesa começado por indicar que, em relação ao
146 Regimento, existem três hipóteses: (1) manter o actual; (2) começar a elaborar um Regimento do zero; ou (3)
147 constituir uma comissão para rever o Regimento. O deputado Ricardo Barata apresentou à Assembleia a
148 perspectiva do PS, defendendo que o actual Regimento da Assembleia das Freguesias não carece de
149 alterações, pois foi elaborado a partir dos quatro regimentos das antigas freguesias, é muito decalcado da
150 legislação, cumpre os objectivos normativos de um tal documento e eventuais lacunas podem ser resolvidas
151 mediante aplicação do bom senso do Presidente da Mesa. Se for decisão da Assembleia a elaboração de um
152 novo Regimento, então que não se fiquem por meras alterações de pormenor, mas se avance para mudanças
153 substanciais, tais como alterar o estilo muito colado às normas hierarquicamente superiores, preencher o vazio
154 legal em questões como o limite horário das reuniões e limite de tempo para intervenções, protocolar a entrega
155 de documentos, definir os assuntos do Período Antes da Ordem do Dia, caracterizar o período de intervenção
156 do público e tratar a rotatividade das sessões pelos diversos pólos da freguesia. O senhor deputado Gonçalo
157 Almeida, tomada a palavra, referiu que o que está em causa no Regimento é este em certas situações
158 ultrapassar a própria lei geral mas, como o Regimento pode em qualquer altura ser ele próprio alterado, deve
159 ser aproveitado o que foi feito pela anterior comissão redactora. No seguimento do que já foi dito, defendeu
160 que não seja um regimento novo, mas sim um regimento com situações pontuais a serem alteradas: aspectos
161 como a descentralização das reuniões e o Período Antes da Ordem do Dia. O senhor Presidente da Mesa
162 solicitou que fosse fotocopiada e distribuída pelos membros da assembleia uma proposta do PS (Anexo 3) mas

Acc.
Virgílio
II

163 o que então estará em causa é manter ou alterar o Regimento, passando o caminho pela constituição de uma
164 comissão que proceda à alteração do Regimento ainda em vigor.

165
166 Posto isto, o deputado Ricardo Barata questionou quais serão as regras de organização da comissão e quem irá
167 constituir-la. Ao que o Presidente da Mesa informou que esta comissão, à luz do actual Regimento, terá de ser
168 ela própria a definir as suas regras de funcionamento e a esta assembleia apenas caberá decidir se se forma
169 efectivamente uma comissão e quem a irá constituir. O senhor deputado Jovino da Chão, no uso da palavra,
170 defendeu a importância de constituir-se uma comissão para propor alterações ao Regimento e esta ser
171 composta por elementos de todos os partidos. O Senhor Presidente da Mesa colocou então à discussão da
172 Assembleia a constituição de uma comissão com seis deputados, um por cada força política presente e,
173 portanto, representando PSD, CDS-PP, SC, PS, CPC e CDU.

174
175 Foi então discutida pela Assembleia a inclusão ou não no CDS-PP autonomamente na comissão. Participaram
176 na discussão os senhores deputados Gonçalo Almeida e António Virgílio Mendes e o Senhor Presidente da
177 Junta, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia. O deputado Nuno Sousa interveio,
178 indicando que esta questão só deve ser analisada quando se deliberar sobre a alteração ou não do Regimento.

179
180 O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum dos deputados tem alguma legislação a invocar sobre esta
181 matéria. Não havendo legislação a invocar, foi colocada à votação a proposta, apresentada pelo deputado
182 Jovino da Chão, de constituição de uma comissão para revisão do Regimento constituída por elementos de
183 todos os partidos e movimentos da Assembleia. Ao que os deputados António Virgílio Mendes e Nuno Sousa
184 interpuseram que o que tem que ser votado em primeiro é a manutenção ou a revisão do Regimento. Sem mais
185 intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação dos presentes fazer-se a alteração do
186 Regimento, tendo a Assembleia **aprovado, por maioria, com dez votos a favor** (Maria do Carmo Ferreira,
187 Sónia Godinho, Jovino da Chão, Apolino Pereira, Ricardo Barata, António Virgílio Mendes, Afonso Madeira,
188 Pedro Santos, Maria Helena Loureiro e Gonçalo Almeida), **um voto contra** (Nuno Sousa) e **duas abstenções**
189 (Ana Isabel Simões e Manuel Tovar Vieira). Assumida a alteração, foi colocada a votos a proposta do senhor
190 deputado Jovino da Chão, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria, com oito votos a favor**
191 (Maria do Carmo Ferreira, Sónia Godinho, Jovino da Chão, Manuel Tovar Vieira, Ana Isabel Simões, Afonso
192 Madeira, Pedro Santos e Gonçalo Almeida), **quatro votos contra** (Apolino Pereira, Nuno Sousa, António
193 Virgílio Mendes e Maria Helena Loureiro) e **uma abstenção** (Ricardo Barata). O senhor deputado Nuno
194 Sousa, antes mesmo desta votação, referiu que, apesar de não achar muito democrática presença autónoma do
195 CDS, podendo haver interesse de certos partidos em terem mais representantes na comissão, o facto é que isso
196 não é assim tão importante, uma vez que a alteração do Regimento será sancionado ou não pelas forças
197 políticas existentes na Assembleia. O senhor deputado Apolino Pereira pediu a palavra para indicar que, em
198 votações futuras, espera que a cada um corresponda um só voto. O Senhor Presidente da Mesa, em
199 conformidade com as indicações recebidas, indicou que a comissão seria constituída pelos deputados Jovino
200 da Chão (PSD), Ana Isabel Simões (CDS), Ricardo Barata (PS), Pedro Santos (SC), Maria Helena Loureiro
201 (CPC) e Gonçalo Almeida (CDU). Não havendo nada a opor, foi apenas referido pelo senhor Deputado
202 Gonçalo Almeida que, para poder participar na comissão, a convocatória teria que ser um documento oficial,
203 assinado pelo Presidente da Assembleia. A data das reuniões ficou a cargo da comissão.

204
205 Entrou-se então no **Ponto 4**, tendo o Senhor Presidente da Mesa, para apresentação das Opções do Plano e do
206 Orçamento, dado a palavra ao Senhor Presidente da Junta. João Francisco Campos começou por referir que,
207 na preparação do presente Orçamento, o Executivo teve o cuidado de reunir previamente com todas as
208 bancadas presentes na Assembleia de Freguesia, pelo que o presente documento tenta explicar a maior parte
209 das ideias que foram partilhadas anteriormente, algumas delas também comuns ao Executivo, sem deixar de
210 prosseguir com aquilo que de bom já existia no passado, aquelas actividades que se reconheceram como
211 relevantes. Mas isto sem deixar de projectar a União das Freguesias para o futuro, nomeadamente ao nível das
212 infraestruturas, dos *softwares*, dos *hardwares* e de outras iniciativas inovadoras de grande relevo para a União.
213 Para apresentação dos números do Orçamento, cedeu a palavra ao Tesoureiro da Junta, Américo Petim, que
214 começou por referir que o Orçamento foi elaborado com base na análise histórica do ano de 2017 e apresenta
215 informação dos grupos existentes quer nas receitas quer nas despesas, para melhor elucidação,
216 pormenorização e execução das rubricas a executar. Referiu a existência de uma poupança orçamental, em que
217 as despesas correntes se apresentam inferiores às receitas correntes. Referiu ainda que o valor indicado no

da
Abreu
R

218 Fundo de Financiamento de Freguesia é aquele que consta do Orçamento de Estado, assim como os valores
219 relativos às receitas do município são aquelas que foram transmitidos pelo município. As despesas de capital
220 encontram-se desenvolvidas na parte do Plano Plurianual de Investimento. Todo este trabalho teve a
221 colaboração do contabilista certificado da União de Freguesias.

222
223 Pediu a palavra o senhor deputado Gonçalo Almeida, que começou por salientar a boa explanação do
224 conteúdo programático que o Executivo pretende por em prática mas não deixou de referir que a nota
225 introdutória deveria ser rectificadora, uma vez que o POCAL não foi ainda substituído pelo SNC-AP.
226 Aproveitou para questionar o Senhor Presidente da Mesa sobre a data de vinte e sete de Dezembro que
227 aparece no documento, solicitando esclarecimento sobre se chegou a considerar-se a existência de uma
228 reunião oficial da Assembleia nessa data e se esta reunião é então o seguimento daquela. O senhor Presidente
229 da Mesa respondeu que a reunião de vinte e sete de Dezembro, apesar da presença de todos os membros, não
230 pode conter deliberações, uma vez que a documentação de apoio não foi entregue com o devido tempo, não
231 cumprindo o disposto no Regimento. Ainda no uso da palavra, o senhor deputado Gonçalo Almeida
232 questionou sobre o protocolo da “Formiga Rabina”, indicado na página 4 do Orçamento, na alínea m),
233 salientando que todos os protocolos celebrados pela União das Freguesias têm de passar pela Assembleia de
234 Freguesia e, como tal, aquele protocolo não pode estar em vigor, embora, de facto, esteja em vigor. Não
235 colocando em causa alguns outros protocolos já celebrados mas que deviam também ter passado pela
236 Assembleia, como é o caso dos protocolos de enfermagem e cardiologia, indicou ainda que era muito bom que
237 a Assembleia tivesse conhecimento de quais são os protocolos existentes. O senhor deputado Apolino Pereira
238 esclareceu a Assembleia que o protocolo da “Formiga Rabina” foi assinado pelo antigo Executivo da Junta de
239 Freguesia da Sé Nova e que nunca veio à Assembleia de Freguesia. Já relativamente aos protocolos de
240 enfermagem e cardiologia, foram aprovados em reunião do anterior Executivo, faltando a aprovação em
241 Assembleia de Freguesia. O senhor deputado Gonçalo Almeida sublinhou que o protocolo da “Formiga
242 Rabina” é o caso mais grave, uma vez está a acarretar despesas para a União, nomeadamente com água e
243 electricidade, mas que esse tema será e terá de ser discutido numa Assembleia própria. Relativamente às
244 Opções do Plano e Orçamento, lembrou que, em anos anteriores, as obras protocoladas com a Câmara
245 Municipal também foram alvo de votação pela Assembleia, mas que depois foram por esta alteradas,
246 esperando que as obras apresentadas no presente documento tenham sido confirmadas e discutidas com a
247 Câmara, nomeadamente a obra indicada como reparação do piso na Rua Rosa Falcão. Ao que o Senhor
248 Presidente da Junta esclareceu que já interpelou o Senhor Presidente da Câmara sobre estes assuntos, tendo
249 sido informado pelos serviços da Câmara que a obra da Rua Rosa Falcão é difícil de concretizar mas que tudo
250 se fará para que esta e outras obras, colocadas no Plano, sejam concretizadas. Tanto mais que estas obras
251 resultaram de uma proposta conjunta dos líderes de bancada. O senhor deputado Gonçalo Almeida prosseguiu
252 então com a questão da organização administrativa, que aparece na página 11 do Orçamento e não apresenta
253 abertura de concurso para o Mapa de Pessoal, só figurando no Mapa duas pessoas e existindo na União de
254 Freguesias outras pessoas apenas a recibo verde ou avançados. Questionou inclusive se o Executivo estava na
255 disponibilidade de avançar com a abertura do concurso para o Mapa de Pessoal nos moldes em que ele já
256 estava preparado e aprovado pela Assembleia de Freguesia. O Presidente da Mesa solicitou esclarecimentos
257 ao Executivo.

258
259 O Senhor Presidente da Junta de Freguesia informou que, até ao final do primeiro trimestre do ano, pretende
260 abrir concurso para coveiros e que também está surpreendido de não constar, tal como definido em reunião
261 prévia, a abertura de concurso para administrativas até final de Setembro. Porém, mantém-se tudo o que foi
262 acordado com os líderes de bancada. O senhor deputado Ricardo Barata interrompeu para referir,
263 relativamente ao assunto, que não deixou de reparar, quando foi enviado email, que se mencionava uma
264 administrativa. Solicitou então que os documentos oficiais da Junta, mesmo todos os órgãos da UFC sendo um
265 bocadinho amadores, tivessem todo o cuidado no cumprimento da Lei e do Direito, sendo a referência a uma
266 administrativa uma clara violação do artigo décimo terceiro da Constituição da República Portuguesa. Sobre o
267 processo de admissão de pessoal encetado pelo anterior Executivo, foi esclarecido que este não pôde ser
268 finalizado, uma vez que não se conseguiu a senha de acesso ao INCM para publicação dos concursos ao ter
269 havido devolução do processo por falta de reconhecimento de assinatura do anterior Presidente da Junta de
270 Freguesia, que não dispunha de cartão de cidadão, apenas de bilhete de identidade.

271

272 Para finalizar a sua intervenção, o senhor deputado Gonçalo Almeida solicitou esclarecimentos sobre os
273 valores constantes das rubricas de receita 06.05.01.02 – apoio à Escola 1º CEB e de despesa 01.01.04.04 –
274 recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho; 01.03.10.01 – Outras despesas de segurança social;
275 02.02.02 – aquisição de serviços – limpeza e higiene; 02.02.20 – Outros trabalhos especializados; 05.08.03.02
276 – Programas CEI; e 07.01.04.05 – Parques e Jardins. As questões levantadas foram esclarecidas pelo Senhor
277 Presidente da Junta e pelo contabilista certificado da União de Freguesias. O Presidente da Junta aproveitou
278 para informar que muito possivelmente terá que ser feito um Orçamento Rectificativo, uma vez que está a ser
279 discutido com a Câmara Municipal o estabelecimento de um protocolo de limpezas, o que irá originar um
280 aumento de verbas e um aumento de despesas.

281
282 O Senhor Presidente da Mesa, dado o adiantado da hora, deu por encerrada a reunião e marcou o reatar da
283 sessão para o dia 18 de Janeiro, pelas vinte e um horas, no mesmo local.

284
285 Não pôde estar presente nesta segunda parte da sessão o secretário da mesa Pedro Santos, por motivo de
286 doença súbita do filho. (Anexo 4)

287
288 A sessão foi reatada na hora e local previstos, com os mesmos presentes, excepção feita ao já mencionado
289 Pedro Santos. Antes de retomada a discussão do ponto em análise, a senhora deputada Maria Helena Loureiro
290 levantou a questão da ilegalidade existente nas atas da Assembleia de Freguesia, indicando que não pode
291 continuar a usar-se o nome da coligação “Mais Coimbra” tendo essa figura deixado de existir após as eleições.
292 De acordo com isso e à luz da invocação da Lei (artigo 17º, n.º 4 da Lei n.º 1/2001), as duas atas anteriores
293 teriam que ser rectificadas, colocando-se, porém, o problema de já estarem votadas e aprovadas (de boa fé).
294 Na continuação da discussão do ponto quatro, a senhora deputada começou por referir o cuidado com a
295 apresentação gráfica e escrita do documento e solicitou esclarecimentos ao Executivo sobre os seguintes
296 assuntos: (i) apoio às viagens escolares de fim de ano indicado na página sete do Orçamento; (ii) o mercado
297 do quebra-costas, a festa dos vizinhos e as varandas floridas, com inscrição no ponto 3.4 da página nove do
298 orçamento; (iii) o valor apontado para o Orçamento Participativo, indicado na página onze do Orçamento. As
299 questões colocadas foram esclarecidas pelo Senhor Presidente da Junta, João Francisco Campos e pelo
300 Secretário da Junta, Carlos Pinto.

301
302 O Senhor Presidente da Mesa, Afonso Madeira, deu a palavra ao representante do Partido Socialista António
303 Virgílio Mendes, que começou por insistir na questão do POCAL continuar a existir e não ter sido substituído
304 pelo SNC-AP, conforme mencionado na página 3 do Orçamento. Posto isso, solicitou ao Executivo
305 esclarecimentos sobre os seguintes pontos: (1) manutenção dos protocolos de colaboração com os bombeiros,
306 a Cruz Vermelha e a Escola Superior de Enfermagem, conforme indicado na página oito do Orçamento; (2)
307 iniciativas para o Mercado do Calhabé, conforme indicado na página dez do Orçamento; (3) aquisição de
308 equipamento informático, conforme indicado na página onze do Orçamento; (4) montante indicado em taxas,
309 multas e penalidades, conforme as páginas vinte e dois e trinta e três do Orçamento, (5), o valor indicado na
310 rubrica 06 – outras despesas correntes, conforme indicado na página vinte e três do Orçamento; (6) o valor
311 orçamentado para a rubrica 06.03.01.05 – DGAL (Tempo Inteiro), conforme indicado na página trinta e três
312 do Orçamento; (7) o valor orçamentado para as rubricas 07.02.09.05 – cemitérios e 10.05.01 – transferências
313 de capital, conforme indicado na página trinta e quatro do Orçamento; (8) grande aumento da despesa,
314 nomeadamente os valores indicados nas rubricas 01 – despesas com pessoal, 02 – aquisição de bens e
315 serviços, 07 – aquisição de bens de capital, conforme indicado na página trinta e cinco, trinta e seis e trinta e
316 sete do Orçamento. Em conclusão, referiu que, em sua opinião, o Orçamento não bate certo com o Plano de
317 Actividades. O Plano de Actividades apresentado não justificaria o aumento de despesa aqui verificado. As
318 questões levantadas foram esclarecidas pelo Senhor Presidente da Junta e pelo contabilista certificado da
319 União das Freguesias, tendo sido referido que as taxas vão ser revistas e o que está aqui a ser discutido é uma
320 previsão, indo tentar-se executá-lo e mesmo sabendo-se existir uma conta com mais de seiscentos mil euros,
321 esta só é para gastar com consciência e em situações muito excepcionais.

322
323 Tomou a palavra o senhor deputado Ricardo Barata para questionar o Executivo sobre as questões jurídicas
324 que pode levantar a atribuição de prémios, subsídios, apoios sociais e escolares. Segundo ele, é dinheiro da
325 União das Freguesias que vai ser entregue a pessoas exteriores a ela, havendo, em Direito Administrativo, que
326 elaborar os respectivos regulamentos e tendo estes carácter externo, com aprovação em Assembleia de

327 Freguesia. A mesma situação se coloca no concenrente ao orçamento participativo, nos termos do artigo 16º
328 da Lei n.º 75/2013. O Senhor Presidente da Junta informou que irão ser elaborados regulamentos e levados a
329 deliberação da Assembleia.

330
331 Com a palavra, o Senhor Deputado Apolino Pereira afirmou que, de uma forma geral, está satisfeito com a
332 proposta apresentada. Nalguns aspectos poder-se-ia ter ido mais além mas, para uma primeiro ano de
333 mandato, é salutar o documento aqui apresentado. Solicitou esclarecimento ao Executivo sobre que tipo de
334 protocolo irá ser celebrado com a Câmara Municipal no âmbito da questão das limpezas, referindo a
335 necessidade de acautelar aquilo que é limpeza geral e aquilo que é limpeza de espaços verdes, não deixando
336 de indicar estar a ir-se em conformidade com a que foi sempre a sua intenção, a intenção de negociar um
337 protocolo misto com o município nestes âmbitos. O Senhor Presidente da Junta respondeu que já solicitou ao
338 GAF esclarecimento sobre o tipo de protocolo e que as questões colocadas estão dentro das preocupações
339 deste Executivo.

340
341 Com a autorização do Senhor Presidente da Mesa, em nome da banca socialista, foi lida e apresentada à Mesa
342 uma declaração de voto, a anexar a esta ata (**Anexo 5**) e em que refere que o Partido Socialista votará
343 favoravelmente o Plano de Actividades e Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos.

344
345 Não estando mais ninguém inscrito para falar, o Presidente da Mesa colocou à votação as Opções do Plano e a
346 Proposta de Orçamento para o ano de 2018, tendo a Assembleia deliberado a **aprovação, por maioria**, com
347 **onze votos a favor, sem votos contras** e com **uma abstenção** (Gonçalo Almeida). Por **unanimidade**, a
348 Assembleia **aprovou minuta** da parte da ata referente à deliberação imediatamente anterior.

349
350 Passando ao **Ponto 5**, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que começou
351 por referir que as informações espelhadas no documento (**Anexo 6**) entregue aos senhores deputados
352 reportam-se a dezanove de Dezembro de dois mil e dezassete, pelo que importa referir aquilo que aconteceu
353 após aquela data. O Presidente da Junta informou a Assembleia sobre a problemática do posto de CTT da
354 Praça da República e a possibilidade de fecho do posto. Mencionou novamente a questão do protocolo de
355 limpezas com a Câmara Municipal de Coimbra. Saliu os esforços do Executivo com a informatização dos
356 serviços da União das Freguesias e chamou a atenção para a possibilidade de acordo sobre o diferendo em
357 relação ao edifício do Café de Santa Cruz, sendo que este ponto será melhor debatido numa Assembleia de
358 Freguesia Extraordinária a marcar muito brevemente. O Senhor Presidente da Junta referiu ainda que tem uma
359 reunião marcada com o vereador Jorge Alves para análise do apoio às escolas, apoio aos peregrinos e
360 montantes definidos para o Fundo Social da Freguesia. Intervieram, neste ponto, os senhores deputados Maria
361 Helena Loureiro, Gonçalo Almeida e Apolino Pereira.

362
363 Passados ao **Ponto 6**, o Senhor Presidente da Mesa, Afonso Madeira, no seguimento da intervenção inicial da
364 Senhora Deputada Helena Loureiro, colocou à discussão da Assembleia a substituição da menção Coligação
365 “Mais Coimbra” nas atas oito e nove pela indicação dos partidos que a integraram, nomeadamente PSD e
366 CDS-PP (consoante cada caso). Intervieram neste assunto, para além do Presidente da Junta, os Deputados
367 Maria Helena Loureiro, Nuno Sousa, Apolino Pereira, Gonçalo Almeida, Ricardo Barata, Sónia Godinho e
368 Maria do Carmo Ferreira. Depois do discutido, foi deliberado não alterar as atas oito e nove, produzindo a
369 alteração de nomenclatura efeitos só a partir da data presente.

370
371 Dentro do âmbito deste ponto, António Virgílio Mendes questionou o Executivo sobre o problema
372 anteriormente reportado com uma grelha em Coselhas. Ao que Gonçalo Almeida alertou para o problema com
373 um pilarete na Rua das Rãs, a falta de segurança originada pela quebra da vedação existente na Rua dos
374 Oleiros e a necessidade de virem à Assembleia os protocolos de Enfermagem, de Cardiologia e da “Formiga
375 Rabina”. Nuno Sousa, por sua vez, inquiriu sobre a situação da página de Internet da União das Freguesias de
376 Coimbra. Maria Helena Loureiro reforçou a importância do problema de segurança existente na Rua dos
377 Oleiros, alertou para a problemática do estacionamento na Praça Velha e para a deficiente limpeza de junto ao
378 Adro de Cima - Rua dos Gatos. Apolino Pereira, que alertou o Executivo para os problemas na pintura do
379 muro da Escola Básica da Pedrulha e o accionamento da eventual garantia associada, acrescentou
380 preocupações de segurança junto ao polidesportivo da Pedrulha e a problemática com um portão existente na
381 casa número quarenta e quatro da Rua 1º de Maio. Finalmente, agradeceu a intervenção feita numa quinta na

382 zona da Pedrulha, alertando ainda para a existência de uma barreira caída na Rua da Costa e falando da
383 readmissão de um dos colaboradores a recibo verde da União das Freguesias. Questionou o Senhor Presidente
384 da Junta sobre se sabia das razões que levaram o anterior Executivo a dispensar o dito colaborador.

385
386 O Senhor Presidente da Mesa questionou os membros da Comissão Elaboradora do Novo Regimento da
387 Assembleia de Freguesia sobre o ponto de situação dos trabalhos. Perante algum impasse, foi decidido que o
388 Senhor Presidente da Mesa promovesse uma primeira reunião.

389
390 Em cumprimento do **Ponto 7**, a mesa disponibilizou um tempo para as intervenções do público mas nenhum
391 dos presentes se quis pronunciar.

392
393 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata,
394 a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários.

Alfonso Miguel de Furtos Tavares Madalena
Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões
Hanaama Alexandra Hinanda Rizeiro